

Apresentação

Este é o terceiro e último volume de *Salvador da Bahia*, conjunto de coletâneas publicado no âmbito da Coleção Atlântica, projeto editorial que envolve as editoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores. Este livro, como os demais, foi produzido no contexto do projeto Bahia 16-19, financiado pelo IRSES-Marie Curie Actions, cuja coordenação geral coube a Pedro Cardim, a Evergton Sales Souza e a Jean-Frédéric Schaub e que congregou pesquisadores de três instituições universitárias: a UNL, a UFBA e a École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

Pesquisas e atividades de divulgação do trabalho científico e de ensino foram realizadas no Brasil, em Portugal e na França. Ao longo dos quatro anos de projeto, foram celebrados 10 *workshops*, dois congressos e sete minicursos. Contando com esta coletânea, a equipe publicou mais de 150 trabalhos científicos, entre artigos, capítulos de livros e monografias. Estudantes da graduação e da pós-graduação, tanto na UNL quanto na UFBA, tiraram proveito das atividades atinentes ao projeto, em particular dos *workshops* e minicursos.

Professores das Instituições de Ensino Superior (IES) envolvidas participaram de missões científicas no Brasil e na Europa. De um ponto de vista geral, o projeto promoveu e estimulou um profícuo diálogo entre historiadores europeus e brasileiros, contribuindo também para a formação de estudantes de pós-graduação. O diálogo promoveu o desenvolvimento de estudos em áreas menos trabalhadas deste ou do



outro lado do Atlântico, permitindo pensar novas abordagens, expandir e compartilhar interesses por fontes documentais, métodos e conceitos, de forma a contribuir para o avanço do conhecimento histórico de múltiplos aspectos da história do Brasil e do império português.

O projeto Bahia 16-19 centrou-se em Salvador da Bahia e tomou essa cidade – e a capitania na qual estava inserida – como o lugar de observação da dinâmica imperial da monarquia portuguesa. Os pesquisadores do projeto desenvolveram os seus trabalhos guiados pela seguinte pergunta: que pessoas e que grupos atuaram no processo de formação da sociedade colonial?

Todos os que colaboraram neste projeto comprometeram-se a dar resposta a essa interrogação de uma forma tão abrangente quanto possível. Fizeram-no empregando diferentes perspectivas e diversas metodologias, e do seu trabalho resultaram os estudos reunidos neste e nos outros dois livros coletivos publicados no quadro deste projeto.¹ O traço comum entre esses estudos é a ambição de abarcar todos os setores da sociedade. Isso foi concretizado através de uma série de pesquisas monográficas sobre cada uma das dimensões da vida social da Bahia colonial e do Brasil independente. O enfoque adotou – sempre que necessário – diversas escalas de análise e jamais tomou a Bahia dos séculos XVI ao XIX como um espaço fechado sobre si mesmo, bem pelo contrário. Embora não tenha sido a principal finalidade do projeto, a componente comparativa ocupou um lugar importante no trabalho desenvolvido pelo Bahia 16-19. Antes de mais, a comparação da Bahia com outras capitanias do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Comparação, também, com outras sociedades coloniais das Américas, sobretudo a América espanhola.

A escala atlântica, essa sim, é matricial ao Bahia 16-19, assim se explicando a atenção dedicada à África e à forte presença dos africanos em muitas das pesquisas realizadas. As conexões com o Índico também estão em foco em vários dos trabalhos deste projeto, como aqueles que examinaram o tráfico entre esse oceano e o Atlântico, tráfico esse que, como se sabe, teve em Salvador um dos seus principais polos.

A par deste perfil comparativo, atlântico e interoceânico, o projeto também apostou, desde o início, numa cronologia capaz de dar conta da sociedade da Bahia em toda a sua complexidade. Assim, para além de incidirem no período colonial, vários dos

1 Para além do presente livro, ver: Evergton Sales Souza; Guida Marques; e Hugo Ribeiro da Silva (org.), *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: Edufba; Lisboa: CHAM/UNL, 2016; e também de Giuseppina Raggi; João Figueirôa-Rego; Roberta Stumpf (org.), *Salvador da Bahia. Interações entre América e África (séculos XVI-XIX)*. Salvador: Edufba; Lisboa: CHAM/UNL, 2017.

historiadores que colaboraram neste e nos volumes anteriormente referidos estenderam a sua análise até o Brasil independente, acabando por cobrir boa parte do século XIX. Tais pesquisas mostraram que foram numerosas as persistências do período colonial no Brasil independente. E demonstraram, para além disso, que muitos dos fenômenos das primeiras décadas do Brasil independente só se tornam plenamente compreensíveis se observados na longa duração e analisados por estudiosos equipados com um conhecimento aprofundado do passado colonial. Ao evitar a convencional cissura entre a era colonial e o período oitocentista, o *Bahia 16-19* também contribuiu para o questionamento da periodização tradicional.

Entre os vários resultados científicos que este projeto produziu, há um que, sem dúvida, se impõe: o destaque para o protagonismo das populações indígenas, mestiças, africanas e afrodescendentes na construção da sociedade colonial da Bahia. Apesar da violência, da brutalidade e da desigualdade que marcaram o passado do Brasil e a despeito da exploração e até do etnocídio – de que muitos foram alvos –, os indígenas, os mestiços, os africanos e os afrodescendentes envolveram-se nesse processo histórico, resistindo, disputando, contestando e negociando os fundamentos em que assentava a nova sociedade que resultou da invasão portuguesa das terras sul-americanas. Graças à ação dessas pessoas, muitos dos aspectos mais fundamentais do Brasil colonial acabaram por ser parcialmente moldados por mulheres e por homens de ascendência indígena ou africana.

Quando o *Bahia 16-19* foi lançado em 2012, os seus promotores sentiram que era premente descentrar a maneira de encarar a dinâmica imperial portuguesa. Urgia apostar num novo tipo de análise e olhar para a sociedade colonial – e para a monarquia portuguesa – a partir de outros lugares, geográficos e sociais. Fizeram-no, antes de mais, para romper com a visão eurocentrada que encarava as elites (econômicas, políticas, religiosas e culturais) como os únicos atores sociais verdadeiramente capazes de “fazer política” e de ditar os termos da vida coletiva na América portuguesa. Neste projeto, não se pretendeu negar o papel de Lisboa – e da sua corte – como o centro político responsável pela definição, ao longo dos 300 anos da colonização, das principais linhas do empreendimento imperial, tampouco se procurou descartar as elites como sujeitos da história do período colonial e dos primeiros tempos do Brasil independente. Pelo contrário, uma parte do trabalho do *Bahia 16-19* incidiu nas elites eclesiásticas, judiciais, camarárias e econômicas, sobretudo as que eram oriundas das terras sul-americanas, mas também as que vinham de Portugal. O que, a par disso, se pretendeu fazer foi trazer à luz um leque muito mais amplo de sujeitos históricos, bem como as diversas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e religiosas que as populações dos escalões inferiores da sociedade protagonizaram a partir da América e também da África.

As pesquisas conduzidas no âmbito deste projeto mostraram que, não poucas vezes, essas dinâmicas foram o resultado de iniciativas no terreno que nem sequer passaram por Portugal. Mostraram igualmente que, nessas dinâmicas, participaram – individual

ou coletivamente – pessoas de todos os setores sociais, incluindo as mulheres e os homens escravizados. E demonstraram, por fim, que as dinâmicas locais, apesar de sempre marcadas por violência, exploração e discriminação, foram, no mínimo, tão importantes quanto as ordens vindas de Lisboa ou as decisões tomadas pelas elites coloniais para a conformação da sociedade colonial.

Os estudos resultantes do Bahia 16-19 distinguem-se, assim, por incidirem num leque particularmente amplo de sujeitos históricos, individuais e coletivos. Demonstram, a partir de perspectivas diversas, que os sujeitos intervenientes – quer na produção da sociedade colonial baiana, quer no desenvolvimento de algumas das suas principais conexões atlânticas – foram muito mais numerosos do que tradicionalmente se pensava. Um bom exemplo disso são os trabalhos sobre o comércio entre a Bahia e o Golfo de Benim, os estudos sobre a construção da capitalidade de Salvador, ou as pesquisas sobre os mais diversos setores da sociedade baiana e o modo como tomaram consciência de que estavam inseridos nesta formação política transcontinental que era a monarquia portuguesa.

Um outro traço definidor das pesquisas realizadas sob a égide do Bahia 16-19 é o interesse pela circulação. Enquanto cidade portuária, Salvador surge, em vários dos trabalhos realizados neste projeto, como um dos principais polos de uma circulação que abarcava todo o espaço atlântico e que, por vezes, chegava até outros oceanos. Circulação, antes de mais, de pessoas, a maior parte delas escravizadas, mas também circulação de produtos, de formas de exploração econômica e de modelos de organização social. Uma circulação que era fundamentalmente multidirecional e que começou por envolver produtos como o açúcar e, mais tarde, o tabaco. Não por acaso, várias das pesquisas promovidas pelo projeto incidiram sobre a produção desses bens e procuraram entender a marca que deixaram na sociedade colonial. Além disso, evidenciaram que a produção de açúcar, ao apostar na *plantation*, impôs, aos poucos, o uso maciço de trabalho escravizado. E mostraram igualmente que a escravidão, sobretudo de africanos, moldou profundamente a vida coletiva no Brasil colonial, instaurando uma situação de brutal exploração e desigualdade.

Tratando-se de Salvador, as ligações com África são naturalmente as mais visíveis nos estudos reunidos neste e nos demais volumes resultantes do Bahia 16-19. Acima de tudo porque, como acabou de ser referido, em decorrência do modo de produção que se foi desenvolvendo na América do Sul, o trabalho de africanos escravizados foi ganhando cada vez mais peso na sociedade da Bahia (e do Brasil) colonial. Contudo, os estudos produzidos pelos pesquisadores ligados ao Bahia 16-19 também dão conta de um outro importante fenômeno: a coexistência entre a escravidão de africanos e a escravização de indígenas. Além disso, assinalam a presença, ao lado dos escravizados, de outras formas de trabalho forçado e também do trabalho remunerado. Importa salientar que, neste projeto, se optou por estudar em conjunto, e não de uma forma separada,

as várias modalidades de mão de obra que existiam no seio da sociedade escravista. Tal opção analítica permitiu inequivocamente uma compreensão mais aprofundada da dominação colonial.

Seja como for, não há dúvida de que a escravidão está presente em quase todos os trabalhos reunidos nos três volumes resultantes deste projeto. Tal deve-se, como se disse, à enorme incidência desta forma de trabalho no Brasil colonial. Mas deve-se também ao fato de o projeto Bahia 16-19 contar, entre os seus membros, com alguns dos mais destacados especialistas em história social da escravidão, da manumissão e da liberdade. Os seus trabalhos confirmam que a escravatura era muito mais do que apenas uma forma, entre outras, de pensar e de organizar a produção de bens de consumo. Na Bahia, como em muitas outras partes do Brasil colonial, a escravidão converteu-se num sistema de produção-trabalho que a todos envolveu e afetou começando, claro, pelos próprios escravizados e acabando nas elites escravocratas e nos representantes da Coroa Portuguesa.

Várias das pesquisas deste projeto também assinalam que a Bahia foi o palco de alguns dos principais episódios de luta contra a escravidão. Tais estudos confirmam, portanto, que uma parte fundamental dessa luta foi protagonizada pelos próprios africanos e afrodescendentes – escravizados, forros ou livres. A par disso, o Bahia 16-19 corroborou os estudos que têm encarado a escravidão – e a liberdade – em toda a sua abrangência, complexidade e historicidade. Isso incluiu, claro, a chamada de atenção para fenômenos complexos como o envolvimento de forros no tráfico transatlântico ou a constatação de que algumas pessoas, enquanto escravizadas, eram também senhores e senhoras de escravos.

Outra das apostas da pesquisa desenvolvida pelo Bahia 16-19 foi o estudo da inserção social dos africanos e dos afrodescendentes. A circunstância de uma das instituições que integra o consórcio – a UFBA – albergar eminentes especialistas, quer na história social da escravidão, quer na história de África, fez com que, nessas pesquisas, as mulheres e os homens oriundos do continente africano apareçam sempre como sujeitos de pleno direito da história do período colonial e do primeiro século do Brasil independente. Como dificilmente poderia ser de outra maneira, a África e os africanos surgem, nesses estudos, como realidades humanas extremamente diversas e complexas em termos sociais, culturais, religiosos, econômicos e políticos. Alguns dos estudos realizados sob a égide do Bahia 16-19 evidenciam, por exemplo, o protagonismo das formações políticas africanas e a sua grande capacidade de interação com os europeus. Outros, por seu turno, analisam o importante tema das culturas e religiões africanas, a sua transposição para a América e a sua complexa persistência no contexto da América colonial. Outros, ainda, incidem sobre mulheres e homens africanos, de diversas etnias, nações, condições e estatutos, e destacam a sua capacidade para criar espaços de autonomia e para circular quer no Estado do Brasil, quer entre as diversas margens do Atlântico.

É importante frisar que grande parte destas incursões na sociedade da Bahia colonial foi realizada através do recurso a arquivos locais. A informação colhida nesses arquivos (sobretudo eclesiásticos, de irmandades e municipais) foi habilmente cruzada com os dados oriundos da documentação produzida pela administração central e territorial da Coroa Portuguesa. As pesquisas desenvolvidas no quadro do Bahia 16-19 demonstram, até à saciedade, o enorme potencial das fontes locais para este tipo de agenda de pesquisa. Tais fontes mostram que, para conhecer os setores “populares” da sociedade colonial, ou seja, a maioria da população, é incontornável o recurso a esse tipo de documentação. Acresce que, ao apostar nos arquivos locais, o trabalho desenvolvido no Bahia 16-19 evitou o efeito de invisibilização ou de redução à irrelevância levado a cabo pela documentação produzida pelas elites. Assim, pode-se dizer que o Bahia 16-19 comportou também uma importante reflexão sobre o arquivo colonial enquanto artefato eminentemente político.

Para além dos africanos e dos afrodescendentes, o Bahia 16-19 dedicou igualmente uma forte atenção às populações indígenas dos mais diversos grupos etnolinguísticos. Vários dos seus pesquisadores estudaram tanto os povos indígenas que continuaram a resistir contra os portugueses até ao fim do período colonial, quanto os que foram sendo incorporados – à força ou por negociação – na sociedade colonial e ainda aqueles que, por sua livre vontade, optaram por ir viver entre a população colonizadora. O que sobressai, nesses trabalhos, é a evidente historicidade dessas mulheres e desses homens indígenas, em particular das pessoas que faziam parte de comunidades que foram forçadas a viver nas zonas controladas pelos portugueses. Apesar de incorporados na sociedade colonial, esses indígenas não desapareceram, bem pelo contrário, continuaram a ter a sua própria história, o seu perfil identitário e uma consciência bem viva do seu passado. Não há dúvida de que tiveram de adaptar-se a um mundo violento e fundamentalmente discriminatório, como era a sociedade do Brasil colonial. Contudo, fizeram-no mantendo muitos dos seus traços identitários.

Assim, algumas das pesquisas do projeto destacaram, por exemplo, que as aldeias missionárias funcionaram para muitos indígenas como espaços de persistência da sua ordem social e cultural. Outras pesquisas, por seu turno, documentam a presença de mulheres e de homens indígenas nas zonas urbanas. Para além de demonstrarem que esses indígenas foram, por sua livre vontade, para as vilas e para as cidades, tais estudos mostram que esses indivíduos foram plenamente capazes de atuar em áreas maioritariamente habitadas por pessoas de origem portuguesa. Outros estudos do Bahia 16-19 mostram ainda que os indígenas não foram os únicos que tiveram de se ajustar a uma nova realidade. Em muitos lugares, os portugueses e os seus descendentes também se viram forçados a adaptar-se às realidades indígenas, ao seu modo de vida e ainda ao ambiente natural onde a sociedade colonial se estava a desenvolver.

O que acabou de ser dito explica a opção de vários dos pesquisadores do Bahia 16-19 por encarar o “contato” – e a colisão – entre, por um lado, os portugueses e, por outro, os indígenas e os africanos, como uma “interação”. Para além de não escamotear a componente violenta da relação que então se estabeleceu, o termo “interação” tem a vantagem de remeter para o caráter sempre dinâmico e inacabado desse processo. Remete também para o seu cariz multidirecional, ou seja, o fato de todos os grupos em contato terem uma determinada capacidade para fazer valer as suas formas de pensar o mundo e de classificá-lo. E remete, finalmente, para uma concepção dinâmica das diversas partes em presença, evitando essencialismos ou visões rígidas das várias sociedades e culturas. Ao conceber esse contato em situação colonial como uma interação, o Bahia 16-19 jamais perdeu de vista o caráter permanentemente mutável e *in the making* de todas as partes envolvidas. Nesse sentido, a palavra interação revela-se bem mais adequada do que conceitos como influência, aculturação ou sincretismo.

Acresce que o Bahia 16-19 também apostou, como se disse, na não separação entre o estudo dos povos indígenas e a pesquisa sobre os demais setores da sociedade colonial, em especial a população africana e afrodescendente. Nos trabalhos dedicados às instituições que os portugueses e os seus descendentes desenvolveram para controlar as populações da América, por exemplo, é bem visível a capacidade de ação dos vários grupos em presença para estabelecer articulações “horizontais” entre si. Através dessas pesquisas, torna-se evidente que tanto os indígenas quanto os africanos e os afrodescendentes se aperceberam dos conflitos que foram ocorrendo no seio da população de origem europeia. Diante das dificuldades sentidas pelos portugueses para entender o mundo onde estavam, por vezes os indígenas e os africanos souberam unir forças e atuaram, individual ou coletivamente, no sentido de tirar partido quer dos recursos do colonizador, quer das suas ansiedades. Outros, em contrapartida, estabeleceram alianças com os agentes da dominação colonial, contribuindo desse modo para a sua perpetuação e não para a sua destruição.

Não há dúvida de que os colonizadores europeus introduziram uma nova escala de pensar as relações de poder e de “fazer política”. O que o Bahia 16-19 mostrou é que tanto os indígenas quanto os africanos se adaptaram rapidamente a essa nova realidade, passando assim a ter uma intervenção ativa também a essa escala. Muitos se envolveram na forma de fazer política das elites coloniais e foram até capazes de interagir com as instituições baseadas na Europa ou dela oriundas.

Além dos aspectos até agora referidos, a pesquisa promovida pelo Bahia 16-19 incidiu igualmente na questão da transferência para a América de instituições e de formas de organização social europeias. A esse respeito, pode dizer-se que a matriz de história social adotada por este projeto permitiu superar uma certa rigidez das análises de história institucional e tornar bem visíveis as transformações que as instituições e a normatividade europeias sofreram na América.

Um excelente exemplo do que acabamos de dizer são os estudos que o Bahia 16-19 promoveu sobre as instituições eclesiásticas que os portugueses e os seus descendentes implantaram na América do Sul. Além de comprovarem a centralidade dessas formas de controlo da Igreja Católica no dispositivo de poder dos portugueses, tais estudos evidenciaram, de forma detalhada, as transformações sofridas por essas instituições uma vez em funcionamento na América. Analisando as instituições e as normas eclesiásticas através de diversas escalas, essas pesquisas colocaram no centro as dinâmicas de resistência, de contestação e de negociação que decorreram a um nível local, no terreno.

Para além de exceder em muito uma visão meramente *top-down* da ação da Igreja Católica na América portuguesa dos séculos XVI a XVIII, tais trabalhos evidenciaram que, a par de instrumento de controle da população, o catolicismo colonial foi um importante palco de contestação, de disputa e de conflito. Desse modo, mostraram que, no relacionamento entre as instituições eclesiásticas e a população do Brasil, violência e negociação coexistiram, e que foi isso precisamente o que levou à transformação das instituições vindas da Europa e ao desenvolvimento, a nível local, de novas formas de enquadrar a experiência religiosa. Claro que as autoridades da Igreja Católica tiveram a sua quota parte nessa transformação. Contudo, o contributo das populações africanas, afrodescendentes, indígenas e mestiças foi muitíssimo mais significativo do que tradicionalmente se pensava. Graças à ação dos africanos e dos indígenas, muitas das instituições eclesiásticas do Brasil colonial acabaram por se tornar bastante diferentes das suas congêneres a atuar em Portugal.

Um outro tema presente no Bahia 16-19 foi o da discriminação étnica e racial. Muito embora a categoria raça tenha uma presença modesta neste e nos outros dois livros resultantes do projeto, várias das pesquisas do Bahia 16-19 exploraram o papel exercido pela discriminação étnica e racial na sociedade colonial. Um bom exemplo disso são os estudos dedicados aos regimes de desigualdade e de exclusão que foram desenvolvidos pelos portugueses e pelos seus descendentes. Um outro tema que comparece em várias das pesquisas do projeto é a “desumanização” das pessoas oriundas da África Subsaariana (e também, embora num grau diverso, dos ameríndios), com base na fisionomia, no fenótipo, na linguagem, na religião, no modo de vida e ainda no gênero. O mesmo se poderia dizer do processo através do qual esses preconceitos deixaram de ser uma mera forma de xenofobia e passaram a ser tomados como um “atributo coletivo” de um determinado povo – atributo esse inalterável no espaço e no tempo e transmitido, acima de tudo, pelo sangue, mas também por outros fluidos produzidos pelo corpo.

Várias das pesquisas do Bahia 16-19 corroboram a ideia de que o preconceito racial é socialmente construído e que, a partir do momento em que foi associado à escravidão, ao pecado e à “bestialidade”, alimentou expressões de desprezo por parte da população de origem europeia. Revelam, além disso, como a normativa vigente e as instituições em funcionamento na Bahia acabaram por incorporar muitos desses preconceitos,

sobretudo na definição da pertença e da exclusão. Porém, o que distingue a pesquisa promovida pelo Bahia 16-19 é, acima de tudo, o modo como a população recebeu, entendeu e manipulou quotidianamente essas categorias.

A sua finalidade foi captar a “experiência vivida” dessas categorias, por exemplo nos estudos sobre as interações dessas pessoas com as instâncias de justiça ou nas pesquisas dedicadas à mistura entre pessoas de diferentes grupos étnicos. Como não podia deixar de ser, a mestiçagem é entendida no Bahia 16-19 não propriamente como um sinal de uma suposta benignidade da dominação colonial portuguesa no Brasil, mas sim como uma prática fundamentalmente baseada em violência e/ou em posições de poder muito assimétricas. Este projeto confirma que a mestiçagem foi, em geral, indesejada pelas autoridades coloniais e que pouco contribuiu para o enfraquecimento do preconceito racial, bem pelo contrário.

A interseção entre dominação colonial, discriminação racial e gênero também foi alvo de muita atenção no âmbito do Bahia 16-19. Incidindo nas mulheres que viviam na Bahia colonial, várias das suas pesquisas foram além da tradicional imagem das mulheres indígenas e africanas como “simples” vítimas passivas da violência sexual dos colonizadores. Em vez disso, demonstraram que muitas dessas mulheres foram capazes de, até certo ponto, enfrentar a brutalidade masculina e as suas correlativas formas de discriminação e de exploração. O panorama revelado pelo projeto é o de uma sociedade colonial baiana em que as mulheres africanas, afrodescendentes e indígenas estão plenamente inseridas, desempenhando um papel destacado em várias áreas, por exemplo na atividade econômica.

Ao abordar essas questões, o Bahia 16-19 tocou em dois outros elementos fundamentais da dominação exercida pelos portugueses e seus descendentes: por um lado, o caráter patriarcal e heteronormativo da ordem colonial; por outro, as noções de masculinidade trazidas da Europa e violentamente impostas às populações indígenas e africanas. Os estudos resultantes deste projeto destacam a eficácia da ordem patriarcal e das suas categorias. Porém, e ao mesmo tempo, não deixam de ressaltar que todos os atores sociais tinham a capacidade de se moverem entre tais categorias, de subvertê-las e de usá-las, quer para se defenderem, quer para melhorarem a sua condição, quer ainda para imaginarem uma ordem social assente em outros fundamentos.

Esta capacidade de atuação torna-se especialmente visível nos estudos dedicados à interação entre, por um lado, mulheres indígenas ou africanas e, por outro, as instituições coloniais, em especial os tribunais. O Bahia 16-19 mostrou que essas pessoas conseguiam apropriar-se de certas categorias (por exemplo “índio”, “miserável” ou “natural”) e delas tirar algum partido. Sem propriamente negar que essas categorias foram essenciais para a criação do sistema de dominação colonial, a pesquisa realizada neste projeto comprovou que, a nível local e das interações quotidianas, tais categorias se revestiram de uma considerável plasticidade.

Assim, os estudos desenvolvidos distanciaram-se de uma história intelectual das ideologias discriminatórias desligada das práticas no terreno e acabaram por apostar na análise dos modos vernaculares de conceber as diferenças entre as pessoas em contexto colonial. Interessaram-se, acima de tudo, pela maneira como os atores sociais, através das suas práticas quotidianas, se apropriavam dessas ideias e categorias, adicionando-lhes novos significados e transformando-as no quadro das suas negociações com as elites de poder. A pesquisa do Bahia 16-19 mostrou que, muitas vezes, as instituições das elites – por exemplo os tribunais – acabavam por reconhecer os novos significados resultantes dessas práticas no terreno. Em outras palavras, as mulheres e os homens oriundos dos escalões sociais “não privilegiados” também tinham uma (certa) capacidade para transformar as instituições das elites.

Por último, mas não menos importante, a indigeneidade é outro dos temas transversais a muitas das pesquisas do Bahia 16-19. Vários pesquisadores do projeto interessaram-se ora pelas categorias de pertença à comunidade local, ora pelas múltiplas formas de exclusão que foram sendo desenvolvidas. Assim, a par dos usos de termos como “natural” ou de palavras que remetiam para determinados preconceitos raciais, o projeto estudou, de diversas maneiras, o modo como os diversos grupos entenderam o seu lugar na sociedade colonial da Bahia. Além disso, analisou as formas de politização da indigeneidade. Um bom exemplo disso são, antes de mais, os estudos sobre a persistência de formas identitárias indígenas dentro da sociedade colonial. Assinalam-se igualmente as pesquisas que incidem sobre as populações coloniais e o seu empenho em se apresentarem como os verdadeiros “naturais” daquelas terras. Esse processo envolveu a “desnaturalização” dos indígenas que resistiam contra os portugueses e ao mesmo tempo a construção de um perímetro dentro do qual esses “novos naturais” teriam prioridade sobre os forasteiros, por exemplo na exploração dos recursos económicos locais, na nomeação para cargos locais ou na atribuição de títulos e distinções como recompensa pelos serviços prestados à Coroa.

A experiência bem-sucedida no Bahia 16-19 está na base de um novo projeto, mais ambicioso, congregando equipas de investigadores de 13 instituições universitárias da Europa, América e África. O projeto “Resistance: Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th centuries”, coordenado por Mafalda Soares da Cunha, da Universidade de Évora, traz consigo alguns problemas que foram amadurecendo ao longo das discussões promovidas pelo Bahia 16-19. Sem dúvida, a ideia de dedicar maior atenção a problemas de história social em nossos estudos sobre o império português deve algo do seu impulso a questões que vieram à tona com a apresentação de trabalhos relativos à escravidão e às populações africanas e afrodescendentes, bem como

às ameríndias, no âmbito das atividades do Bahia 16-19. Por outro lado, a vontade de alargar as fronteiras de investigação para além do império português também foi se desenhando em algumas das contribuições dos pesquisadores associados àquele projeto, especialmente aqueles dedicados a estudos relacionados às interações estabelecidas entre impérios e súditos espanhóis e portugueses, o que contribuiu para explicar a escolha do projeto Resistance de se ocupar de todo o espaço reinol e imperial dominado pelas monarquias ibéricas.

Salvador da Bahia: escravidão, economia, poderes e representações (séculos XVI-XVIII), último livro de uma trilogia, apresenta alguns resultados do projeto Bahia 16-19, ao tempo em que já abre perspectivas de um diálogo com projetos que ora desenvolvemos, nomeadamente o Resistance. Não por acaso, portanto, este livro tem a sua primeira parte composta por estudos que se ocupam de aspectos relativos à escravidão, denotando o peso e a centralidade que teve esse instituto na construção das sociedades coloniais. Nenhuma área da vida social parece escapar às dinâmicas impostas pela escravidão. A economia não se pensa fora dos seus quadros, pois da mão de obra escrava depende a produção de bens, a circulação de mercadorias – dentre as quais figuram os próprios escravizados – e a prestação de serviços. Suas implicações para o universo religioso são igualmente importantes, seja do ponto de vista de um discurso opressor que legitima o instituto da escravidão, seja sob a ótica dos subalternizados que, através da religião, encontram meios para resistirem e negociarem melhores condições de vida. Ademais, enquanto protagonistas no campo religioso, esses homens e essas mulheres influenciaram as próprias formas como a crença se desenvolveu num contexto multiétnico e de grande diversidade cultural.

Com efeito, vários dos capítulos deste livro abordam de modo direto ou indireto a questão da escravidão, que é central em toda a história do Brasil do século XVI ao XIX. Todavia, o estudo que Silvia Lara apresenta aqui se distingue dos demais na medida em que tem por objetivo revisitar o debate sobre escravidão e liberdade na América portuguesa. Combinando análise histórica e historiográfica, a autora passa em revista as principais linhas de força da história do trabalho no Brasil e o modo como tem tratado o assunto. Retomando o problema da noção de liberdade com que inicia o capítulo, Silvia Lara termina o seu texto com a defesa da tese de que o abandono das amarras impostas pelo binômio escravidão e liberdade – cunhado pelos abolicionistas e consolidado pela historiografia brasileira – pode trazer muitos ganhos para uma compreensão da história colonial e para a história do trabalho no Brasil.

O capítulo escrito por Carlos Almeida propõe uma análise sobre os debates missionários em torno do problema da escravidão e do tráfico atlântico de meados do século XVI

até o século XVIII. Sua reflexão toma por base três documentos relacionados à missão na África Central: 1. a informação do jesuíta Baltasar Barreira sobre os escravizados que saíam de Angola, escrita por volta de 1582-1583; 2. a carta do padre Luís Brandão ao padre Alonso de Sandoval, datada de 1611; 3. um memorando anônimo – cujo autor teria sido um missionário capuchinho – conservado no Arquivo Histórico da Propaganda Fide, em Roma, que trata dos escravos que se compram e vendem no Reino do Congo, o qual teria servido de subsídio às discussões da Congregação de 4 de julho de 1660. A análise dos diferentes documentos permite compreender o processo de construção de um discurso sobre a escravidão e o tráfico que, não obstante dialogue com o pensamento douto, assume características singulares em função do conhecimento adquirido pelos missionários acerca das sociedades com as quais convivem no terreno.

A contribuição de Charlotte de Castelnuovo-L'Estoile para este livro termina por tocar em vários dos assuntos caros ao projeto Bahia 16-19. Com efeito, ao revisitar algumas das questões sobre as quais têm realizado pesquisas há mais de uma década, a autora procura mostrar as diferentes perspectivas de homens e mulheres europeus, índios e negros no processo de construção da sociedade luso-americana na época moderna. Procurando centrar o seu olhar sobre a cidade de Salvador, ela afirma o seu *status* de capital religiosa do Brasil, atentando ao mesmo tempo para a sua formação multiétnica e marcada pela divisão entre livres e escravizados. Entendendo a centralidade do cristianismo na construção dessa sociedade, a autora procura mostrar como negros e índios, não obstante a sua condição subalterna, foram protagonistas de estratégias de adaptação e incorporação nas quais a religião cristã foi, por vezes, um vetor de integração social.

Roquinaldo Ferreira mergulha em um vasto universo documental a fim de investigar os impactos de longa duração provocados pela conquista holandesa do Castelo de São Jorge da Mina. Sua investigação sobre as rivalidades luso-holandesas nas costas africanas estende-se do século XVII a meados do século XVIII e mostra como a tomada daquele castelo, em 1637, moldou as relações comerciais existentes na Costa dos Escravos até o século XVIII. Como fio condutor para entender a montagem dessas relações comerciais, o autor segue a trajetória de um personagem singular, José dos Santos Torres, comerciante estabelecido na Bahia que, em 1721, iria construir, com autorização do governador da Bahia e vice-rei do Brasil, Vasco César de Menezes, uma fortaleza em Uidá. Sem descuidar das múltiplas partes envolvidas naquele contexto de interesses comerciais, Roquinaldo Ferreira vai apontando como não apenas os europeus, holandeses, ingleses e portugueses agiram para melhor garantir um comércio lucrativo, mas também como os africanos – em particular as autoridades do Daomé – se posicionaram a fim de garantir uma situação econômica e política que lhes fosse mais favorável.

Em “As malhas que o tabaco teceu”, João Figueiroa-Rego apresenta algumas características marcantes do complexo sistema que envolveu a produção, comercialização e consumo do tabaco na época moderna, atentando para a montagem de redes mercantis

que uniram católicos, protestantes, marranos e judeus, de diferentes partes do mundo. A partir de múltiplas notícias sobre as malhas tecidas pelo negócio do tabaco, que englobam o espaço europeu, mas também o Atlântico, o autor sugere a necessidade de repensar a incidência do processo confessional sobre as redes de sociabilidade, malha consular – diplomática e política – e trato mercantil.

A segunda parte deste volume é dedicada a questões voltadas ao estudo da administração da cidade da Bahia, bem como a aspectos relativos aos campos da economia e fiscalidade. Dois traços concernentes à administração são abordados aqui. O primeiro deles diz respeito a um tema muito pouco explorado nos estudos históricos sobre a cidade da Bahia: a posse do solo por indivíduos ou entidades coletivas. Claudia Damasceno trata do assunto em seu capítulo, mostrando-se particularmente interessada pelo estudo da formação do patrimônio do município de Salvador, nas modalidades de concessão de terras na cidade e no recôncavo por parte da câmara municipal. Numa abordagem cujo interesse não se restringe ao funcionamento institucional, a autora também dirige sua atenção para a compreensão do modo como a população tinha acesso às terras comunais e aos recursos naturais vitais para a sua sobrevivência. Para tanto, ela recua no tempo até o momento da fundação de Salvador – e mesmo um pouco antes, pois se interessa também pela Vila do Pereira, erigida em 1536 – e busca seguir os vestígios documentais que permitem traçar essa história desde o início.

Se o primeiro traço concernente à história da administração situa-se numa intersecção entre uma história da administração e a história urbana, o segundo diz respeito ao universo das relações entre o poder local e os poderes do centro, abordando questões caras a uma história institucional. Assim, o capítulo de Roberta Stumpf é dedicado ao estudo das correições na cidade de Salvador da Bahia. As correições eram realizadas por corregedores ou ouvidores, tendo por finalidade o conhecimento sobre o bom funcionamento da administração pública e cumprimento das obrigações por parte dos oficiais responsáveis, tendo uma natureza judicial e administrativa. São poucos os estudos sobre essa instituição na América portuguesa. O texto de Roberta Stumpf constitui uma primeira incursão sobre esta prática na Bahia setecentista, buscando mostrar a sua importância para o ordenamento de problemas com que camaristas e comunidade lidavam em seu cotidiano, o que parece afirmar o papel das correições enquanto instrumento para fazer presente a justiça do rei.

Os dois outros capítulos da segunda parte desta coletânea estão voltados ao estudo de aspectos socioeconômicos e fiscais. Em “O inebriante vinho dos trópicos”, Avanete Pereira Sousa analisa problemas relativos à produção, ao comércio, ao consumo e à tributação da cachaça na Bahia dos séculos XVII e XVIII. Um dos aspectos investigados no capítulo é o do contrato dos dízimos das aguardentes da terra e vinhos de mel na Bahia. A análise empreendida permite à autora perceber algumas das características marcantes dos processos de licitação desses contratos, bem como o modo como grupos da elite

econômica agiam para arrematar esses contratos. Avanete Sousa termina por mostrar como todo o sistema que envolvia a produção, comércio, consumo e tributação das aguardentes da terra e vinhos de mel aponta para a existência de relações complexas entre a economia escravista e as atividades mercantis.

Ana Paula Medicci propõe uma análise sobre os interesses locais e reinóis em relação à arrematação dos dízimos reais, atentando para os casos das capitânicas da Bahia e de São Paulo na década de 1790. Em seu capítulo, a autora procura entender as novas dinâmicas relativas ao campo das arrematações dos contratos dos dízimos a partir da observação do ingresso de grupos formados por dois grandes negociantes lisboetas associados ao financiamento do Estado português nesse negócio. O estudo mostra como essa ação alijou antigos interessados nesse ramo de negócios, além de engendrar novas redes de interesse, unindo e opondo súditos e agentes administrativos portugueses dos dois lados do Atlântico.

A terceira e última parte deste livro é dedicada a questões que se reportam ao exercício do poder e ao modo como os poderes eram eventualmente representados nas sociedades de Antigo Regime. Aqui, mais uma vez, o quadro espacial não se prende unicamente ao de Salvador da Bahia. Os artigos apresentam abordagens nas quais diferentes aspectos culturais e políticos da Europa, África e América são mobilizados a fim de proporcionar uma melhor compreensão dos assuntos tratados. Assim, Mario Sartor traz páginas do mais vivo interesse para a compreensão da montagem de um projeto de defesa e fortificação global levado a cabo pela monarquia hispânica, sob a direção do arquiteto Juan Bautista Antonelli, no último quartel do século XVI e início do século XVII. Ao longo do seu capítulo, apresenta as realizações de Antonelli em quatro expedições realizadas em diferentes partes dos domínios ibero-americanos, compreendendo-se neles territórios como os das ilhas do Cabo Verde e a costa brasileira.

Érica Lôpo de Araújo aborda em seu capítulo as disputas de poder e autoridade entre o Conde da Torre e o Conde de Óbidos num contexto de ataques holandeses às posições portuguesas no Atlântico Sul, nos últimos anos da União Ibérica. A autora concentra a sua atenção na análise da montagem e execução da expedição comandada por D. Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre, em 1638, cujo objetivo era a retomada de Pernambuco que se encontrava sob o poder dos holandeses desde 1630. O olhar atento às circunstâncias e aos fatos ocorridos durante a expedição resulta num texto que permite compreender importantes aspectos relativos ao seu malogro, bem como entender as tensões e estratégias políticas que se desenhavam nas ações de oficiais como o Conde de Óbidos e do próprio Conde da Torre.

Os dois capítulos seguintes prendem-se mais claramente ao universo das representações. Lisa Voigt escreve sobre as representações dos reis africanos no Brasil, procurando compreender os significados que tais representações teriam para atores e públicos de ascendência europeia e africana. Para tanto, a autora analisa alguns exemplos relativos à

imitação dos reis africanos em festividades ocorridas no Brasil do século XVIII, notadamente aquelas narradas em duas relações anônimas sobre os festejos realizados no Rio de Janeiro por ocasião do nascimento do príncipe da Beira, em 1762. Também traz a lume os problemas causados por representações de reis africanos nas festas de Nossa Senhora do Rosário, em Minas Gerais. Das representações festivas, o texto passa às narrativas das representações diplomáticas de chefes de Estado africanos no Brasil, analisando, em particular, o caso da embaixada enviada pelo rei do Daomé a Salvador, em 1750. Ao mesclar a análise de representações festivas com as diplomáticas, a autora busca mostrar a importância delas para os afrodescendentes que, nessas *performances*, encontraram lugares de negociação, alívio ou resistência à opressão.

Por fim, Evergton Sales traz a lume uma inédita oração fúnebre, escrita pelo cônego João de Oliveira Bessa, em homenagem ao arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Mattos, falecido no ano de 1767. Nesse capítulo, o autor levanta uma preocupação metodológica, pois pretende explicar a importância dos sermões fúnebres enquanto fontes para o conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, propõe algumas vias para empreender sua análise. A abordagem geral cede o passo à demonstração sobre as informações e os usos que podem ser coletados na própria *Oração fúnebre* que o autor transcreve integralmente, desdobrando as notas marginais. Assim, o capítulo termina por deslizar do terreno metodológico para aquele da realidade dos personagens e contextos estudados.

Como foi dito nesta apresentação, este é o último volume publicado no âmbito do projeto Bahia 16-19. Gostaríamos de aproveitar tal ocasião para agradecer a todos aqueles que colaboraram de modo a garantir o seu êxito. Desejamos registrar aqui um agradecimento especial a nossa colega Giuseppina Raggi, cujo empenho intelectual, dedicação ao projeto e amor pela Bahia foram fundamentais para o sucesso científico e humano do Bahia 16-19.

Evergton Sales Souza
Ana Paula Medici
Pedro Cardim
(Organizadores)